

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO PEDRO, PARANAÍTA, MT

Ana Luisa Araujo de Oliveira¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na produção agrícola, na geração de emprego e renda em comunidades rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso. Para tanto, foram realizados levantamentos de dados quantitativos e qualitativos, por meio de fontes primárias e secundárias. Os resultados evidenciam que o Programa foi acessado pela primeira em 1999, constituindo-se em importante estratégia de reprodução socioeconômica das famílias assentadas. Porém, trouxe consigo a alteração do sistema produtivo, favorecendo a especialização, no caso, a pecuária leiteira, que se tornou a principal fonte de renda dos assentados.

Palavras-chave: Política pública; Assentamento rural; Estado de Mato Grosso.

Abstract: This article aims at analyzing the effects of the National Program for Strengthening Family Agriculture in agricultural production, generating

¹Engenheira Agrônoma, Mestranda em Engenharia Agrícola, área de concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, aluisamt@gmail.com

²Engenheira Agrônoma, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, sonia@feagri.unicamp.br

employment and income in rural communities belonging to the São Pedro Settlement Project located in the municipality of Paranaíta, North of Mato Grosso state. To this end, surveys of quantitative and qualitative data, using primary and secondary sources were conducted. The results show that the program was first accessed in 1999, becoming an important strategy for socioeconomic reproduction of settled families. However, it brought a change in the production system, favoring specialization, in this case, the dairy cattle, which has become the main source of the settlers' income.

Keywords: *Public policy; Rural settlement; Mato Grosso State.*

Introdução

O desenvolvimento da agricultura brasileira tem como principal referência o modelo introduzido a partir da Revolução Verde, fundamentado no uso de tecnologias agressoras ao meio ambiente e em propriedades rurais de grandes extensões de terra. Apesar da presença e da importância da agricultura familiar no Brasil, as políticas públicas foram voltadas à reprodução de processos de desenvolvimento com ênfase no urbano e no industrial. Sendo assim, no que concerne ao espaço rural, as políticas de crédito privilegiaram os produtores dos setores ligados ao agronegócio, não havendo disponível nenhuma política que atendesse às necessidades da agricultura familiar ou que se adequasse à sua realidade.

De acordo com Belik (2000), não havia ainda o conceito de agricultura familiar, sendo este considerado "mini-produtor" para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, deveria seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro e ao se primar pela descentralização das ações estatais, foram introduzidos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos (MATTEI, 2006). A partir de então, atendendo a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, em 1994, o Governo Itamar Franco criou o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), que posteriormente passou por reformulações e abriu espaço para a criação da primeira política pública destinada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Pronaf foi criado pelo Decreto Federal 1.946, de 28 de junho de 1996, "com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda", mediante o financiamento de atividades agropecuárias ligadas ao setor da agricultura familiar.

A criação deste programa representou o reconhecimento e a legitimação por parte do Estado, em relação às especificidades de uma "nova" categoria social – os agricultores familiares –, que até então estavam à margem dos benefícios da política agrícola brasileira e eram designados por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Nos anos iniciais à implantação do Pronaf no Brasil, observou-se forte concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste do país. No entanto, ao longo dos anos o Programa passou por mudanças institucionais e financeiras, que serviram para melhorar o acesso e direcionar os recursos a um número maior de agricultores familiares. Deste modo, após 18 anos de criação do Pronaf, houve uma evidente expansão do Programa referente à ampliação das linhas de crédito, a estratificação do público potencial, a ampliação do número de municípios atendidos e o montante de recursos investido, tendo como consequência a ampliação do número de beneficiários do Programa.

Sendo assim, de modo geral, a criação do Pronaf caracteriza-se como um importante acontecimento para o meio rural brasileiro e, apesar da pouca idade, o programa já desempenha um papel de apoio à agricultura familiar brasileira, sendo inquestionável seu sucesso quando se analisa o número de contratos e o montante de créditos disponibilizados anualmente. Diversos estudos realizados em diferentes regiões do Brasil, têm apontado que as políticas públicas (cita-se além do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)) para o fortalecimento da agricultura familiar têm contribuído para a dinamização do rural tradicional, possibilitando que este segmento da agricultura expresse suas potencialidades (SCHNEIDER *et al.*, 2004; CONTI, ROITMAN, 2011).

Diante disso, este trabalho teve por objetivo analisar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na produção agrícola, na geração de emprego e renda em comunidades rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso.

Metodologia

Caracterização da área de estudo

O presente estudo foi realizado nos anos de 2012 e 2013, no Projeto de Assentamento São Pedro (PA-São Pedro), localizado no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, a 880 km da capital, Cuiabá.

O PA-São Pedro possui área de 35.000 hectares e foi criado no ano de 1997 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com capacidade para assentar 776 famílias.

A economia do assentamento é baseada na pecuária, principalmente de leite e seu território está dividido em 22 comunidades rurais que são compostas por um número variável de lotes, sendo elas: Sombra da Manhã, Jardim do Éden, Serra Dourada, Cláudia, Santa Marta, Bela Vista, Bom Jesus, Estrela D'alva, Arco Iris, Entre Rios, Nova União, Treze de Maio, Vale do Paraíso, Novo Paraíso, Rio Jordão, Sorriso, Santíssima Trindade, São Miguel, Nossa Senhora Aparecida, Dom Pedro II, São Marcos e São Lucas.

Caminhos da pesquisa

Considerando a área ocupada pelo PA-São Pedro e os obstáculos para efetivar uma pesquisa em um assentamento com tal dimensão, optou-se nesta pesquisa trabalhar com amostragem intencional com duas comunidades do assentamento, visto que todas elas possuem uma estrutura própria, com entidades representativas locais.

Dessa forma, foram selecionadas a Comunidade Rio Jordão e a Comunidade Arco Iris. A primeira se caracteriza por ser a comunidade mais próxima do município de Paranaíta, possuindo uma das principais entradas para o Projeto de Assentamento São Pedro e é composta por 62 lotes rurais. A segunda está localizada na parte central do Assentamento e possui 39 lotes rurais.

Para uma melhor adequação do método à pesquisa realizada, optou-se por utilizar métodos quantitativos e qualitativos, bem como fontes de dados primários e secundários.

As fontes de dados secundários possibilitaram o conhecimento da realidade local, bem como uma melhor discussão dos resultados levantados em campo. Posterior à coleta de dados secundários, foram coletados os dados primários junto às instituições responsáveis pela implementação e desenvolvimento do Pronaf no PA-São Pedro (Empaer/MT, principalmente). Em seguida, foi realizado um levantamento de dados primários juntos às famílias assentadas nas duas comunidades que compuseram a amostra.

Nas comunidades, o levantamento de dados foi realizado por meio da aplicação de questionários semi-estruturados e constituiu um censo com todas as famílias que se encontravam em situação regular perante o Incra, já que somente estas estão aptas a acessarem o Pronaf. Os questionários foram validados anteriormente na forma de pré-teste junto a um pequeno grupo de assentados do PA São Pedro, que residem em comunidades que não fizeram parte da pesquisa, mas que possuem as mesmas características da população das comunidades pesquisadas, conforme recomendado por Richardson *et al.* (1999).

Depois de aplicado o questionário, realizou-se a tabulação e apresentação dos dados utilizando um programa de planilha eletrônica, o qual permitiu a elaboração de tabelas e gráficos. De acordo com Vieira Neto (2004), esta forma de apresentação permite a síntese dos resultados, obtendo o máximo de esclarecimentos com um mínimo de espaço e tempo e permitindo uma leitura rápida e global dos fenômenos estudados.

Uma vez que os dados já se encontravam tabulados, foi realizada a pesquisa qualitativa com os assentados, por intermédio da história oral, objetivando resgatar o passado e compreender a história dos agricultores conferindo-lhes significações ao presente e visando perceber como eles respondem ao ambiente físico (BARBOSA, 2010).

Deste modo, seguindo as recomendações de Thiollent (2009), na pesquisa em profundidade foram realizadas entrevistas intencionais ou estratégicas com um pequeno número de assentados escolhidos em função da relevância que elas apresentam na compreensão dos efeitos do Pronaf no Projeto de Assentamento São Pedro. Dentro dos critérios de seleção para a pesquisa em profundidade, procurou-se escolher famílias que estivessem muito inseridas e famílias que estivessem pouco ou nada inseridas na política pública em estudo. Esta etapa da pesquisa foi realizada utilizando perguntas norteadoras sobre a política pública.

Todas as entrevistas foram posteriormente transcritas conforme Whitaker (2002) e após a sistematização dos dados coletados em campo, foi realizada a análise dos resultados.

Durante todas as atividades de campo foram utilizados recursos audiovisuais (máquina fotográfica e gravador de voz) para registro de vários aspectos pertinentes à coleta de dados (sistema de produção e criação, acessos ao assentamento, entre outros), sendo que o uso desses recursos ocorreu somente mediante autorização dos entrevistados. Utilizou-se, também, o caderno de campo para anotações de informações relevantes à pesquisa.

Resultados e Discussão

Características gerais das famílias entrevistadas

Somando os questionários aplicados nas duas comunidades amostradas, foram aplicados 63 questionários (39 na comunidade Rio Jordão e 26 na comunidade Arco Iris), mas 02 foram excluídos (um de cada comunidade) por apresentarem informações incompletas e inconsistência nos dados.

Moradores não encontrados, situação não regular perante o Incra e não aceite da família para participar da pesquisa, foram os motivos pela não efetivação da aplicação de questionário em todos os lotes das duas comunidades. Sendo assim, as 61 famílias efetivamente pesquisadas somaram 232 pessoas, uma média de 3,80 pessoas por família.

Considerando o Estatuto da Criança e Adolescente, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Juventude³, foi realizado um agrupamento etário dos membros de todas as famílias entrevistadas e constatou-se que aproximadamente 60% da população que participou da amostra possui mais de 30 anos e os jovens (19 a 29 anos) representam a menor porcentagem desta população, apenas 10,78% (Tabela 1). Além disso, pode-se notar que em todos os estratos de idade a população masculina é superior à feminina, representando 57,76% da população amostrada.

Apenas 18,03% das famílias entrevistadas possuem a mulher como titular. Nesses lotes, somente uma não acessou o Pronaf.

Tabela 1 – Estratificação por idade e sexo dos membros das famílias pesquisadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.

Idade	População total		População Masculina		População Feminina	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 a 11 anos	37	15,95	23	9,91	14	6,03
12 a 18 anos	33	14,22	19	8,19	14	6,03
19 a 29 anos	25	10,78	16	6,90	9	3,88
30 a 59 anos	115	49,57	63	27,16	52	22,41
Mais de 60 anos	22	9,48	13	5,60	09	3,88
Total	232	100	134	57,76	98	42,24

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

³O Estatuto da Juventude é uma lei aprovada em agosto de 2013, disponível no link. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

Das 232 pessoas que integram as 61 famílias entrevistadas, 13% não trabalham no lote onde vivem, sendo este total representado pelos jovens que vivem com os pais no assentamento e pelo titular do lote. Entre os empregos mais comuns dessa população que trabalha fora dos lotes está: trabalho em propriedades de terceiros, geralmente fazendas vizinhas e em uma usina hidrelétrica que está sendo construída no município de Paranaíta. Os membros da família que trabalham no lote representam 80% da população total e desenvolvem trabalhos que vão desde os cuidados com a casa até os cultivos agrícolas e criação animal.

Embora o assentamento possua três escolas municipais e uma escola estadual e ofereça do ensino infantil ao ensino médio, somente 22 pessoas concluíram o nível médio (Figura 3), constatando-se uma baixa escolaridade entre a população amostrada. Apenas uma pessoa concluiu o ensino técnico, uma concluiu o ensino superior e duas estão cursando o ensino superior.

Dos membros das famílias entrevistados, 60% possuem ensino fundamental incompleto. E, este total é representado, em sua maioria, por crianças e adolescentes em idade escolar, porém em alguns casos, foi observada a declaração de possuir ensino fundamental incompleto por adultos que certamente não tiveram condições de dar continuidade ao estudo, como se registra, de um modo geral, em todo rural brasileiro.

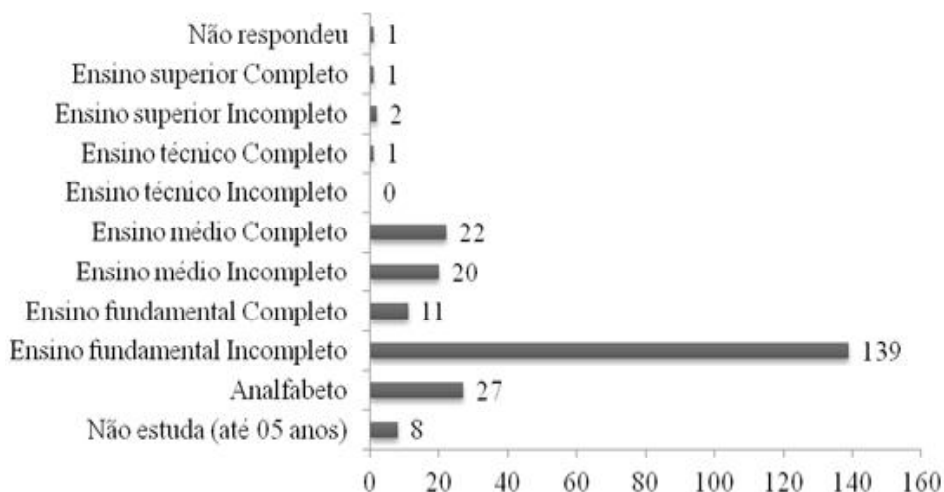


Figura 1 – Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

O baixo nível de escolaridade está diretamente associado aos baixos salários, de modo que 72% das famílias entrevistadas possuem renda média mensal de até dois salários mínimos, 17% possuem renda entre dois e três salários mínimos, 7% tem renda média mensal entre três e quatro salários mínimos, 4% possuem renda superior a quatro salários mínimos (valor do salário mínimo em julho de 2013=R\$ 678,00). Para a obtenção da renda média mensal das famílias entrevistadas, foram considerados, além da renda do lote, o recebimento de Bolsa Família, seguro desemprego, aposentadoria e demais auxílios do INSS (auxílio-doença, auxílio-acidente e/ou pensão paga à viúvo(a)).

Atividades produtivas

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, a pecuária, principalmente de leite, representa a principal fonte de renda obtida no lote. Além disso, há produção para autoconsumo que não é contabilizada como renda monetária.

A área ocupada pelas comunidades pesquisadas no PA-São Pedro totaliza 3.393,12 hectares (1.719,53 e 1.673,59 hectares, nas comunidades Rio Jordão e Arco Iris, respectivamente), o que representa 9,70% da área total do assentamento, de modo que os lotes amostrados (61) somam 2.104,09 hectares (1.125,32 na comunidade Rio Jordão e 978,77 hectares na comunidade Arco Iris).

Conforme já apontado, dentre as atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, predomina a pecuária. Deste modo, da área total de lotes pesquisados, 68,89% é ocupada por pastagem para o consumo do rebanho de leite, de corte e/ou de equídeos.

A Tabela 2 apresenta a área dos principais usos do solo realizados pelos assentados. Observa-se que, apesar de, em anos anteriores, a agricultura ter representado o principal uso do solo, atualmente o cultivo de pastagem ocupa este espaço e, os assentados mantêm no lote uma área destinada à Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (23,23% da área total de lotes amostrados).

Cabe ressaltar, que as medidas de área foram fornecidas pelos entrevistados. Não foram contabilizadas as áreas ocupadas por hortas e pomares por não terem sido quantificadas por eles.

Tabela 2 – Uso e ocupação do solo nas comunidades pesquisadas no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Atividades	Rio Jordão		Arco Iris	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Cultivos perenes e semi perenes	39,93	3,62	23,35	2,45
Cultivos temporários	16,08	1,46	12,39	1,29
Cultivo florestal de espécies exóticas (Teca)	3,63	0,33	1,21	0,13
APP's e Reserva Legal	229,90	20,85	258,94	27,14
Pastagem	805,86	73,08	643,72	67,47
Sem uso	7,26	0,66	14,52	1,52
Total	1.102,62	100	954,13	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Entre as culturas perenes e semi perenes encontradas no assentamento constata-se o cultivo do café (47,67 ha) e da cana-de-açúcar (15,61 ha). O café é um resquício do que foi plantado no início do assentamento e permanece em poucos lotes (19 no total), com uma baixa produtividade e tendo como finalidade uma produção para o autoconsumo e venda do excedente. Na última safra, o café foi comercializado a preços que variaram de 2 a 4 reais/kg para terceiros e para uma cooperativa do município, da qual os assentados dizem não serem cooperados.

Cabe destacar que, do total cultivado com café, 1,2 hectares são mantidos em sistema agroflorestal, em um único lote que não possui criação de bovinos. O rendimento do café, juntamente com a remuneração do trabalho da família, externo ao assentamento, constitui a renda mensal dos integrantes deste lote.

Há entre as comunidades amostradas uma pequena variação das culturas temporárias cultivadas (Figura 5 e Figura 6). O arroz é cultivado apenas na Comunidade Arco Iris, por um assentado e a melancia é cultivada na Comunidade Rio Jordão.

Das culturas apontadas pelos entrevistados, apenas a melancia é comercializada, sendo cultivada apenas uma vez por ano (geralmente no período mais seco, com irrigação) e é comercializada na porteira do lote para vizinhos e transeuntes que utilizam as estradas do assentamento. As demais culturas são cultivadas para o autoconsumo, em pequenas áreas. Nas situações em que o entrevistado informou possuir duas ou mais culturas agrícolas ocupando uma mesma área, estas foram enquadradas na categoria policultivo.

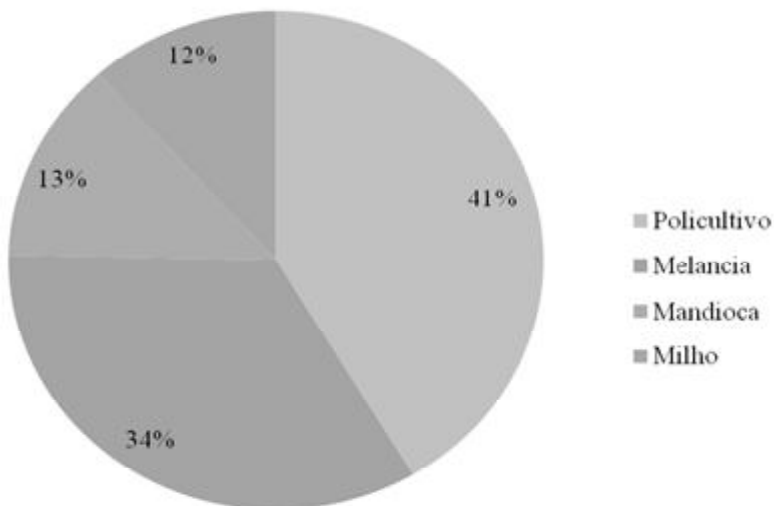


Figura 2 – Área dos cultivos temporários estratificada por culturas na Comunidade Rio Jordão, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

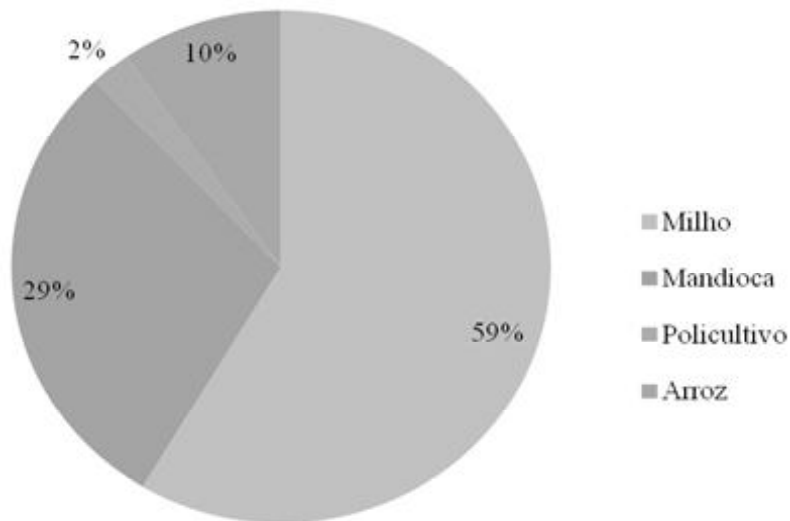


Figura 3 – Área dos cultivos temporários estratificada por culturas na Comunidade Arco Iris, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Apesar da importância da pecuária leiteira, merece destaque a criação de aves no assentamento São Pedro (Tabela 3). A criação de aves é destinada ao autoconsumo da família e os assentados não contabilizam a produção de ovos. É relatada a existência de relação de troca entre vizinhos, quando ocorre excedentes de ovos. Além disso, membros da família que vivem em outros lugares, principalmente na zona urbana, costumam levar ovos e frangos caipira para o consumo. A criação de suínos segue caminho semelhante, porém, as relações de troca ocorrem em menor intensidade.

Tabela 3 – Criação de animais por comunidade pesquisada no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Pecuária	Rio Jordão		Arco Iris		Rio Jordão + Arco Iris	
	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%
Bovinos de leite	836	52,98	742	47,02	1.578	100
Bovinos de corte	420	40,58	615	59,42	1.035	100
Equídeos	07	17,95	32	82,05	39	100
Suínos	66	33,00	134	67,00	200	100
Aves	1.447	71,28	583	28,72	2.030	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Para o manejo do rebanho bovino, os assentados possuem no lote um pequeno número de equídeos (39 no total). De acordo com a Empaer/MT (2010), há no PA São Pedro 31.021 cabeças que compõem o rebanho de bovinos, sendo que nas comunidades que fizeram parte da pesquisa foram encontradas 2.613 cabeças de bovinos (8,42% do total). Do total encontrado nas duas comunidades, 60,40% são bovinos de leite⁴ que produzem diariamente cerca de 1.500 litros⁵, que são comercializados em três laticínios de cidades vizinhas, a um preço médio de R\$ 0,80/litro.

⁴Não foi realizada a estratificação do rebanho leiteiro (vacas em lactação, vacas secas, novilhas, bezerros e reprodutor), deste modo não é possível mencionar com exatidão a produtividade leiteira nestas comunidades.

⁵Em 2010 a produção de leite no PA São Pedro era de 25.000 litros/dia, sendo que havia no assentamento 5.666 matrizes e a média de produção de leite por vaca era de 6,9 litros/dia.

O Pronaf no PA-São Pedro

No município de Paranaíta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi acessado pela primeira vez no ano de 1999, sendo este o ano com maior número de contratos (Tabela 4).

Sabe-se que o escritório da Empaer, localizado no município de Paranaíta, elaborou maior número de contratos para acesso ao Pronaf Investimento pelos assentamentos do PA São Pedro em alguns anos (1999, 2001, 2003, 2004 e 2006) e isso explica, em parte, o maior número de contratos concentrados nos anos safras de 1999/00, 2001/02, 2003/04, 2004/05 e 2006/07, tendo em vista que os 776 lotes deste assentamento representam 46% dos estabelecimentos agropecuários do município de Paranaíta.

Tabela 4 – Número de contratos e montante de recursos do Pronaf no município de Paranaíta-MT, por ano safra.

Ano agrícola	Contratos	Valor (R\$)
1999-2000	695	3.644.809
2000-2001	25	105.166
2001-2002	442	3.889.628
2002-2003	73	877.814
2003-2004	118	271.538
2004-2005	207	1.681.977
2005-2006	99	1.628.921
2006-2007	312	1.146.967
2007-2008	46	207.549
2008-2009	7	78.268
2009-2010	33	1.579.977
2010-2011	23	1.007.066
2011-2012	27	1.114.178
2012-2013	57	3.092.377
Total	2.164	20.326.234

Fonte: Derop/BACEN

Após o ano de 2008 houve uma redução no número de contratos para acesso ao Pronaf no município e esta redução pode ter sido causada pela Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central do Brasil, que passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

De acordo com informações fornecidas pela Empaer, escritório de Paranaíta/MT, foram liberados cinco diferentes valores de Pronaf Investimento para o PA São Pedro em diferentes anos (Tabela 5), além de Pronaf Custeio.

Tabela 5 – Valores do Pronaf Investimento que saíram para o Projeto de Assentamento São Pedro no período de 1999 a 2013, Paranaíta-MT.

Ano	Valor (R\$)	Número de famílias beneficiárias (aproximado)*	Total (R\$) (Nº x Valor)
1999	9.500,00	300	2.850.000,00
2001	12.000,00	200	2.400.000,00
2003	13.000,00	130	1.690.000,00
2004	15.000,00	150	2.250.000,00
2006	18.000,00	120	2.160.000,00
Total		900**	11.350.000,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

* Número aproximado informado por técnico da Empaer, Escritório de Paranaíta-MT.

** O número de famílias beneficiárias é maior que o número de lotes do PA São Pedro porque, com a desistência de alguns assentados, o Incra assentou novas famílias e muitas destas, uma vez inseridas no Sipra, também acessaram o Programa.

O primeiro Pronaf que saiu para os agricultores familiares assentados do PA São Pedro foi no ano de 1999 no valor de R\$ 9.500,00. De acordo com a Empaer/MT (2010), os projetos elaborados para acesso ao recurso incluiu assistência técnica desta empresa de Ater.

Os projetos elaborados pela Empaer, escritório de Paranaíta/MT, para acesso ao primeiro Pronaf foi limitado a três ou quatro vacas de leite e um reprodutor a cada duas propriedades, sendo que o restante deveria ser aplicado na parte agrícola, compra de adubo e mudas de café, principalmente. A partir da segunda liberação de Pronaf, os projetos passaram a ser direcionados para investimento na pecuária bovina e, a partir de então, os assentados começaram a adquirir

gado, principalmente de leite, mesmo que, algumas famílias, não possuíssem experiência em trabalhar com pecuária.

De acordo com depoimento de um técnico da Empaer⁶, escritório de Paranaíta/MT, logo após a criação do PA-São Pedro a produção era voltada para agricultura (arroz, milho e feijão, principalmente), porém, com o tempo, a falta de apoio (principalmente, financeiro, Ater, garantia de preço mínimo e incerteza de preço de mercado) desestimulou a produção destas culturas.

Apesar dos assentados terem iniciado com a exploração agrícola em seus lotes, constata-se que este fator teve pouca influência nos projetos do Pronaf elaborados pelos técnicos responsáveis. Os projetos foram construídos de "cima para baixo", sem ouvir o que os agricultores realmente queriam. Assim, muitos assentados começaram a trabalhar com o gado de leite sem nenhuma experiência prévia e/ou acompanhamento de um técnico de Ater, uma vez que após o recebimento do valor do Pronaf não houve acompanhamento da destinação deste recurso.

Do total de lotes pesquisados, 58 tiveram acesso ao Pronaf e três não acessaram o crédito. Os motivos apontados pelos assentados para não terem acessado o crédito foram diversos. Em um dos casos, foi devido ao fato da família não achar necessário, visto que já havia trabalhado com crédito anteriormente e, pelo fato de ter entrado no assentamento quando o mesmo já se encontrava com infraestrutura mínima (ano de 2003), a família optou por trabalhar apenas com os recursos financeiros disponíveis.

Nos outros dois casos de não acesso a esta política pública, os assentados apontam os entraves burocráticos encontrados. O primeiro entrave foi a inclusão ao Sipra (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) somente depois do ano de 2008. Neste momento, os assentados do PA São Pedro não acessaram mais o Pronaf, devido à legislação ambiental vigente, uma vez que a Resolução n° 387, de 27 de dezembro de 2006 do Conselho Nacional de Meio Ambiente⁷, passou a estabelecer os procedimentos de licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária e a Resolução n° 3.545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central do Brasil, passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

⁶Depoimento colhido em Janeiro de 2013.

⁷A Resolução n° 387, de 27 de dezembro de 2006, foi revogada recentemente pela Resolução n° 458, de 16 de julho de 2013.

Além disso, Schons *et al.* (2013) apontam outro fator que contribuiu para um declínio do desembolso do Pronaf entre os anos de 2006 e 2008 no Território da Amazônia Legal, e que também, possui forte influência no não acesso ao programa pelos assentados do PA São Pedro, qual seja, a determinação de que o crédito para assentados da reforma agrária, através do Pronaf, somente se daria a partir de Demanda Qualificada. No âmbito do Pronaf A, entende-se por Demanda Qualificada as famílias, parcelas e projetos que estejam com a topografia concluída, tenha recebido concessão e feito a correta aplicação dos créditos de instalação, esteja efetivamente residindo no lote ou em agrovila do assentamento, esteja adequada às normas ambientais e possua implantação da infraestrutura básica que viabilize o projeto produtivo (BRASIL, 2005). Dentro dos critérios para se enquadrar como Demanda Qualificada, mais uma vez os assentados encontram entraves nas normas ambientais vigentes, uma vez que o assentamento não está com o licenciamento ambiental realizado.

Do total de assentados que acessaram o Pronaf, 31 (53,45%) declararam ter acessado o Pronaf mais de uma vez, sendo uma para Investimento e outra para Custeio. No caso do investimento, todos visavam a aplicação do recurso na atividade pecuária e o recurso de custeio foi destinado a atividade agrícola.

Este dado torna-se mais interessante quando cruzado com as informações do tamanho do lote, visto que 29,51% dos entrevistados consideram o tamanho do lote razoável, ruim ou péssimo e reconhecem que o lote é pequeno para a criação de gado. Além disso, muitos destacam o depauperamento do solo, o que agrava a situação, porém, mesmo diante dessa situação, o recurso investimento foi direcionado para a pecuária.

Dessa forma, os dados vêm reafirmar o que Magalhães, Abramovay (2006) apontam na região Nordeste do Brasil, ou seja, uma uniformidade na aplicação dos recursos do Pronaf, havendo pouca atenção à diversificação das fontes de renda e/ou a inserção de forma diferenciada no mercado das famílias beneficiárias do crédito.

Dos entrevistados, nenhum declarou receber no lote, o serviço de Ater. De acordo com Schons *et al.* (2013), nos Estados que compõem o território da Amazônia Legal, a oferta de técnicos é inferior ao necessário para atender à realidade do público da agricultura familiar e os serviços de Ater limitam-se a elaboração de projetos para acesso ao crédito. Uma vez liberado o recurso, o acompanhamento nem sempre ocorre, situação que foi constatada no município de Paranaíta, onde o escritório local da Empaer possui apenas dois técnicos para atender todo o meio rural. Além disso,

Muitas vezes, a assistência limita-se aos conhecidos "pacotes tecnológicos" que ainda são amplamente utilizados junto à agricultura familiar no Brasil. Um exemplo dessa afirmação é a preferência pela pecuária (bovina) nos pedidos de financiamento. Muitas vezes, essa demanda não vem apenas do agricultor familiar, mas também é induzida pelos técnicos de Ater que são capazes de elaborar rapidamente um projeto para requisição de crédito para esse tipo de atividade (SCHONS *et al.*, 2013, p.09).

Além da carência de um serviço de Ater que não seja difusor do pacote tecnológico da Revolução Verde, Schons *et al.* (2013) apontam para as dificuldades em relação a análise de viabilidade do projeto produtivo elaborado para o acesso ao Pronaf. De acordo com os autores, *"os agentes financeiros parecem dar prioridade aos projetos que eles "sabem que vão dar certo", ou seja, aos projetos mais "tradicionais" (e de menor risco)"* (SCHONS *et al.*, 2013, p.10), destacando-se entre estes projetos os que estão direcionados para a pecuária. Em tese, isso explica o fato dos projetos serem elaborados para uma única atividade produtiva, que teoricamente, "vai dar certo". Porém, isto não justifica, uma vez que o Pronaf foi criado *"com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda"* (BRASIL, 1996).

A concentração dos financiamentos do Pronaf na atividade pecuária pouco tem contribuído para a manutenção de todos os membros da família em trabalho no lote, visto que a pecuária possui menor demanda de mão de obra que a agricultura e, conforme visto anteriormente (Tabela 1), a faixa etária das pessoas que permanecem no campo são as crianças e os mais velhos. Os jovens representam a menor proporção de nossa amostra (10,78%).

Deste modo, apesar do Pronaf ter contribuído para o desenvolvimento inicial do assentamento, sendo o principal recurso direcionado as atividades produtivas, observa-se que o programa não foi capaz de contribuir para a fixação de toda a família no lote, principalmente os jovens, além de ter estimulado a mudança da principal atividade agropecuária (da agricultura para a pecuária) e não estimular uma mudança efetiva no padrão de desenvolvimento agropecuário do assentamento. Concordando com Aquino & Schneider (2010), *"ao que tudo indica o programa mantém e incentiva entre os agricultores familiares o viés setorial e produtivista do modelo convencional, ou, em outros termos, está 'fazendo mais do mesmo'"*.

Das famílias entrevistadas, 24% não conseguiram pagar o financiamento obtido pelo Pronaf. O principal motivo do não pagamento foi a baixa renda obtida e casos de doença na família. Este resultado reafirma a pesquisa realizada por Costa & Jorge Neto (2011), que apontam entre as principais causas de inadimplência ao programa, a baixa renda de seus beneficiários.

Quando questionados sobre o ano em que acessaram o Pronaf, muitos agricultores não lembravam com exatidão, e isso dificultou distinguir a que parcela do Pronaf os agricultores inadimplentes se referiam.

Porém, apesar das falhas no desenvolvimento do programa no PA São Pedro, o Pronaf é visto pelos assentados de forma positiva, principalmente em virtude das condições para o pagamento, período de carência e desconto, em caso do pagamento ser realizado dentro do prazo.

Cabe lembrar que, com exceção dos recursos destinados pelo Inbra para o Projeto de Assentamento São Pedro, o Pronaf foi a primeira política pública que chegou ao assentamento.

Nos anos iniciais à criação do assentamento, foram muitas as dificuldades e muitos assentados entraram no lote sem nenhuma condição para permanecer, mas os recursos governamentais possibilitaram iniciar a produção. Deste modo, apesar dos percalços, o Pronaf teve uma importância inquestionável para os assentados do Projeto de Assentamento São Pedro e, mesmo tendo pouca participação na elaboração dos projetos pelos quais acessaram o Programa, os assentados o avaliam de forma positiva.

Conclusões

Dentre as estratégias produtivas e reprodutivas adotadas pelas famílias no meio rural brasileiro, o acesso às políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar constitui-se de grande importância para a reprodução socioeconômica das famílias.

Como apresentado, o Pronaf foi a primeira política pública direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar que chegou aos assentados do Projeto de Assentamento São Pedro, de modo que a concessão do Pronaf representou um importante papel para o desenvolvimento da área de estudo, contribuindo para o não abandono do lote pela maioria das famílias.

No entanto, ao invés de incentivar a diversificação da propriedade e/ou o desenvolvimento de formas alternativas de produção (agroecologia e agricultura orgânica, por exemplo) – ou seja, atividades mais compatíveis com o tamanho dos lotes e que permitiriam a diversificação das fontes de rendas e inseririam as

famílias de forma diferenciada no mercado –, os projetos elaborados para acesso ao Pronaf incentivaram uma única atividade, a pecuária de leite praticada de forma extensiva.

Dessa forma, a concentração dos financiamentos do Pronaf na pecuária extensiva pouco vem contribuindo para a manutenção de todos os membros da família que trabalham nos lotes. Este fato vem estimulando, no PA São Pedro, a prática da pluriatividade e a saída dos filhos mais velhos para trabalhar fora da propriedade, sendo que, estes nunca ou quase nunca possuem ligação com as atividades desempenhadas no lote.

Além disso, a mudança mais significativa do Pronaf no PA São Pedro foi a alteração do sistema produtivo, uma vez que os assentados, antes do crédito trabalhavam com a produção agrícola, principalmente, café e cereais (com destaque para o cultivo de arroz, milho e feijão) para o autoconsumo e venda do excedente. Porém, com o acesso ao Pronaf, estes passaram a investir na pecuária, principalmente, de leite, mesmo sem experiência prévia com a criação de bovinos. Deste modo, o programa está sendo o principal responsável pela especialização dos agricultores familiares assentados na criação de bovinos, o que implica na não diversidade da produção e, conseqüentemente, em problemas ambientais como a supressão da biodiversidade, a compactação dos solos e o assoreamento dos rios, entre outros.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. 1, 2010, Natal. In: **Anais...**, Natal: UFRN, 2010. v. 1. p. 1-21.

BARBOSA, L. M. Topofilia, memória e identidade na Vila do Iapi em Porto Alegre. **Revista eletrônica Para Onde!?** v. 4, n. 2, p. 1-15, jul.-dez., 2010.

BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro** – Políticas Públicas. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 4, pág. 93-116.

BRASIL Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996: Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 06 de outubro de 2013.

BRASIL. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Política Agrícola instituído pela Portaria Conjunta MDA/INCRA N. 13 de 22/08/2005**. 2005. Disponível em: comunidades.mda.gov.br/o/909725?. Acesso em: 25 de novembro de 2013

CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. 2011. **Revista do BNDES nº 35**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2012.

COSTA, C. J. P.; JORGE NETO, P. M. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural Pronaf em áreas de assentamento de reforma agrária no Nordeste do Estado do Pará. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 10, n. 1, p. 101-130, 2011.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SCHONS, S. Z.; AZEEVEDO, A.; ALENCAR, A. "Pronaf" na Amazônia: quais os desafios? **Boletim Amazônia em Pauta**. Brasília: IPAM, 2013. 12p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009, 132p.

VIEIRA NETO, P. **Estatística Descritiva: Conceitos Básicos**. 2004. Disponível em: <http://uni.educacional.com.br/up/59960001/3103751/Apos_Est_I_Fev04_C1.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras a margem, 2002, 256p.